ATA DE REUNIÃO Nº 10/2026 DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO INPREVID

Aos 21 dias do mês de outubro de 2026, às 08h30min, na sede do INPREVID, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos - o Presidente Vilso Vanz, a Tesoureira Juliane Maria Colle Wartha e o Membro Wolmar Erdmann para a reunião ordinária do mês. O Presidente Vilso deu boas-vindas e iniciou os trabalhos apresentando a **Análise dos Investimentos em setembro/2026: Composição da Carteira de Investimentos**: Fundos em Renda Fixa: **24,50%**; Fundos em Renda Variável: **4,57%**; Fundos Multimercado: **0,00%**; Investimentos no Exterior: **0,00%**; Títulos Públicos (NTN-B): **70,93%**. Recursos Financeiros Aplicados: **R$ 465.332.301,12.** Recursos em Conta Corrente: R$ 150,52, saldo total entre recursos financeiros aplicados e recursos em conta: **R$465.332.451,64. Rentabilidade média da carteira acumulada no mês:** 1,13%. **Rendimento:** R$5.257.536,02. **Destaques:** 1) Rentabilidade positiva dos Títulos Públicos (NTN-B): média de 0,71%, com valor acumulado em **R$ 330.069.511,72;** 2) Rentabilidade média dos Fundos IRF-M1 no Banco do Brasil de 1,0667% no mês e de 1,0905% na Caixa; Rentabilidade do fundo IMA-B de 2,5128% no mês; a rentabilidade dos fundos de Títulos Públicos da Caixa fechou em 1,0241% no mês; o Fundo DI apresentou uma rentabilidade de 1,074% no mês; e, o Fundo de Ações da Caixa obteve uma rentabilidade de 8,3208% no mês. Variação negativa do investimento: não houveram **Aplicações:** R$ 71.367.155,00 de saldo movimentado. **Resgates:** R$ 71.371.143,07 de saldo movimentado; saldo entre aplicações e resgates foi negativo: R$-3.988,07. **Distribuição dos recursos do INPREVID:** BB Gestão DTVM: 14,28%; Caixa DTVM: 14,79%; e Títulos Públicos: 70,93%. Os membros do comitê de investimentos iniciaram as discussões sobre a Política de Investimentos para o exercício 2027. Entre as principais discussões estão a taxa de retorno a ser perseguida, por hora fixada em 6,11%, considerando que a taxa de juros parâmetro para o *duration* do passivo calculada na avaliação atuarial 2026 do INPREVID foi de 16,21 anos, e essa é a provável taxa de juros parâmetro correspondente a ser divulgada oficialmente pela SPREV. Essa taxa foi tida como possível de ser alcançada pelo comitê, dado o estoque de títulos públicos do INPREVID e a expectativa da SELIC para 2027. Outro ponto foi o índice de referência, em que se optou pela alteração do INPC para o IPCA, por sugestão da empresa de assessoria SMI, onde se teria maior compatibilidade entre a rentabilidade das NTN-Bs marcadas na curva e a meta. Os membros consideraram a alteração adequada, constatando que a diferença histórica entre o INPC e o IPCA é irrisória a longo prazo e, que além disso, o IPCA possui projeções diretas pelo mercado financeiro semanalmente divulgadas pelo Boletim Focus. Os diversos parâmetros, bem como a tabela de limites de alocação e estratégia alvo foram planilhadas de modo a balizar a elaboração da minuta da Política de Investimentos 2027, que deverá ser avaliada na próxima reunião. Retomando ao tema das aplicações financeiras, quanto as aplicações determinadas na última reunião, o presidente informou que embora o fundo "BB RF Referenciado DI Títulos Públicos FIF LP RL – CNPJ 11.046.645/0001-81" tenha o valor mínimo de aplicação inicial de somente 10 milhões, o BB verifica esse limite por conta bancária, e dessa forma o saldo do fundo "BB Previdenciário Renda Fixa IRF-M1 TP FIC FI – CNPJ 11.328.882/0001-35" vinculados aos aportes para amortização do déficit atuarial (conta bancária nº 33518-5) e vinculados à taxa de administração (conta bancária nº 12520-2) por hora ainda permanecem no fundo por não atingirem o limite mínimo de aplicação. Os membros ficaram de analisar a viabilidade de aplicação em outro fundo DI ou se manterão no IRF-M1 por mais tempo. Concluiu o presidente informando que os demais resgates e aplicações foram todas efetivadas.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, assim como esta ata, que segue assinada pelos presentes.

VILSO VANZ
Presidente do INPREVID e
Presidente do Comitê de Investimentos

JULIANE MARIA COLLE WARTHA
Tesoureira do INPREVID e
Membro do Comitê de Investimentos

WOLMAR ERDMANN
Membro do Comitê de Investimentos

COMENTÁRIOS À CONJUNTURA ECONÔMICA

O mês de setembro foi marcado por uma melhora expressiva do desempenho dos ativos brasileiros, embora acompanhada por elevada volatilidade e crescente sensibilidade ao cenário eleitoral. O Ibovespa iniciou setembro ainda sob influência das incertezas fiscais, políticas e externas, mas passou a apresentar recuperação ao longo do mês, favorecido pela retomada do fluxo estrangeiro, pela expectativa de continuidade da flexibilização monetária e pelo acirramento da disputa presidencial. O desempenho do mercado acionário esteve diretamente relacionado à evolução das expectativas para a política econômica e, principalmente, para as eleições presidenciais. Ao longo do mês, pesquisas eleitorais passaram a mostrar uma disputa mais equilibrada entre Luiz Inácio Lula da Silva e Flávio Bolsonaro em cenários de segundo turno. A redução da vantagem de Lula foi interpretada por parte dos investidores como potencialmente favorável aos ativos brasileiros, diante da expectativa de uma eventual mudança na condução da política fiscal. Em diferentes momentos do mês, a divulgação de pesquisas provocou movimentos relevantes no Ibovespa, no dólar e na curva de juros, evidenciando que o cenário eleitoral passou a exercer influência crescente sobre a precificação dos ativos. A política monetária brasileira avançou mais uma etapa no processo de flexibilização durante setembro. Em sua reunião de 16 de setembro, o Copom reduziu a Selic em 0,25 ponto percentual, de 14,00% para 13,75% ao ano, realizando o quinto corte consecutivo. A decisão foi unânime e levou a taxa básica ao menor nível desde o fim do ciclo de aperto monetário anterior. O Banco Central, contudo, manteve uma comunicação cautelosa e não sinalizou previamente os próximos passos, destacando a necessidade de acompanhar a evolução da inflação, das expectativas e da atividade econômica. A decisão do Copom ocorreu em um contexto no qual a inflação corrente apresentava alguma melhora, mas as expectativas permaneciam acima da meta. O Banco Central projetou inflação de 5,2% para 2026, 3,9% para 2027 e 3,2% para o primeiro trimestre de 2028, considerado o atual horizonte relevante da política monetária. O Comitê também destacou riscos associados à desancoragem das expectativas, à inflação de serviços, à trajetória do petróleo, aos efeitos climáticos sobre alimentos e energia e à possibilidade de estímulos à demanda doméstica. Dessa forma, apesar da continuidade do ciclo de cortes, a comunicação do Banco Central reforçou a percepção de que a flexibilização deverá permanecer gradual. As expectativas de mercado também passaram por ajustes ao longo do mês. No Focus divulgado em 21 de setembro, após a decisão do Copom, a mediana para a Selic ao final de 2026 caiu de 13,75% para 13,50%, indicando a expectativa de pelo menos mais um corte de 0,25 ponto percentual. Ao mesmo tempo, a projeção para o IPCA de 2026 subiu de 4,90% para 4,92%, enquanto a estimativa para 2027 permaneceu em 4,30%. A projeção de crescimento do PIB também foi revisada para baixo, de 1,89% para 1,88%. O movimento evidencia que o mercado passou a combinar uma expectativa de juros menores com uma visão um pouco menos favorável para a inflação e para o crescimento econômico. Nos Estados Unidos, setembro foi marcado por uma mudança relevante na política monetária. O Federal Reserve elevou a taxa básica de juros em 0,25 ponto percentual, para o intervalo entre 3,75% e 4,00%, na reunião de 15 e 16 de setembro. A decisão ocorreu diante da persistência das pressões inflacionárias, do aumento dos preços de energia e da avaliação de que as condições econômicas ainda permitiam uma política monetária mais restritiva. A elevação foi a primeira sob a presidência de Kevin Warsh e reforçou a percepção de que os juros americanos poderiam permanecer altos por mais tempo. A decisão do Fed teve impacto

importante sobre os mercados globais. O aumento dos juros americanos, combinado à elevação dos rendimentos dos Treasuries e à valorização do dólar, provocou maior cautela entre investidores em mercados emergentes. Dados posteriormente divulgados indicaram que os mercados emergentes registraram saída de aproximadamente US$ 26,3 bilhões em setembro, sendo US$ 19,2 bilhões provenientes de ações e US$ 7 bilhões de renda fixa. Apesar disso, o Brasil apresentou desempenho relativamente favorável, sustentado pelo fluxo estrangeiro e pela percepção de que a redução da Selic poderia continuar. Os dados de atividade e emprego dos Estados Unidos permaneceram relativamente robustos durante grande parte do mês. O mercado de trabalho mostrou resiliência, com a taxa de desemprego em 4,1% em agosto e criação de 162 mil vagas, resultado superior às expectativas. Esse desempenho contribuiu para aumentar a percepção de que o Federal Reserve teria espaço para manter uma política monetária mais restritiva. Posteriormente, os dados de emprego de setembro, divulgados no início de outubro, mostraram desaceleração significativa, com criação de apenas 29 mil vagas e desemprego de 4,2%, reduzindo as expectativas de uma nova alta imediata dos juros em outubro. Na Europa, o ambiente também passou por uma mudança importante. O Banco Central Europeu elevou suas três principais taxas de juros em 0,25 ponto percentual em setembro, levando a taxa de depósito para 2,50%, a de refinanciamento para 2,65% e a de empréstimo marginal para 2,90%. A decisão foi justificada principalmente pela pressão inflacionária decorrente do conflito no Oriente Médio e da elevação dos preços de energia. O BCE passou a projetar inflação média de 3,0% em 2026, 2,5% em 2027 e 2,1% em 2028, mantendo uma postura mais restritiva diante da perspectiva de inflação acima da meta por período prolongado. Na Ásia, os indicadores continuaram apontando para um crescimento desigual. No Japão, a revisão do PIB do segundo trimestre mostrou crescimento anualizado de 1,4%, acima da estimativa inicial de 1,1%, com expansão de 0,4% na comparação trimestral. O resultado, combinado à persistência das pressões inflacionárias, reforçou as expectativas de continuidade do processo de normalização monetária pelo Banco do Japão. A inflação subjacente de Tóquio, por sua vez, acelerou para 2,7% em setembro, superando a meta de 2% do banco central e elevando a possibilidade de novos aumentos dos juros. Na China, os dados de atividade mostraram uma combinação de recuperação industrial e fraqueza do consumo. A produção industrial cresceu 5,2% em agosto, acelerando em relação aos 4,5% registrados em julho e superando as expectativas. Em contrapartida, as vendas no varejo avançaram apenas 0,4%, abaixo dos 0,6% do mês anterior, enquanto os investimentos em ativos fixos acumulados nos oito primeiros meses do ano recuaram 7,2%. O contraste entre uma indústria sustentada por setores tecnológicos e uma demanda doméstica enfraquecida reforçou as preocupações com a sustentabilidade do crescimento chinês.